

RECURSO ESPECIAL Nº 1.677.002 - SC (2014/0297712-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADOS : ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS E OUTRO(S) - DF011694
GIOVANA MICHELIN LETTI E OUTRO(S) - SC021422A
FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ - SC021419
DOUGLAS BONTEMPO GOMES E OUTRO(S) - DF030468
RECORRIDO : ARLINDO TENFEN
RECORRIDO : ELIANE BERTOLOTTO SCHUCHOWSKY
RECORRIDO : ROSITA SILVA MEDEIROS
RECORRIDO : SUZETE CLOTILDE AMARAL
RECORRIDO : SYLVIA MARIA DE SOUZA
ADVOGADO : MAYKON FELIPE DE MELO E OUTRO(S) - SC020373

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. APELO DA FUNCEF. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE (ART. 330, I, CPC). CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO REJEITADA. INCIDÊNCIA DO CDC. SÚMULA 321 DO STJ. TERMO DE ADESÃO A NOVO PLANO PREVIDENCIÁRIO. RENÚNCIA A DIREITOS. CLÁUSULAS ABUSIVAS. DESVANTAGEM EXAGERADA PARA O CONSUMIDOR. NULIDADE DE PLENO DIREITO. DESPROVIMENTO. RECURSO DOS AUTORES. CONDENAÇÃO À DEVOLUÇÃO DE VALORES. FALTA DE PEDIDO. DIREITO DISPONÍVEL. SENTENÇA EXTRA PETITA. CONDENAÇÃO AFASTADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CRITÉRIOS PARA O ARBITRAMENTO. MAJORAÇÃO. EXEGESE DO ART. 20, § 4º, DO CPC. RECURSO PROVIDO.

O juiz de direito não ofende a Carta Magna nem o Código de Processo Civil, por cerceamento de defesa, ao antecipar o julgamento da lide, pondo de lado a vontade da parte de realizar outras provas, caso entenda que os contendores puseram-lhe à vista documentos bastantes para a formação de sua convicção, tornando-o apto ao desembaraço da questão. Não há carência de ação por falta de interesse de agir e impossibilidade jurídica do pedido, quando for necessário o aforamento da ação, visando ao reconhecimento de pretensão inicial plenamente viável.

Nos termos da Súmula 321 do Superior Tribunal de Justiça, "o Código de Defesa do Consumidor é aplicável à relação jurídica entre a entidade de previdência privada e seus participantes".

É abusiva e, por conseguinte, nula de pleno direito, a cláusula constante

em termo de adesão em que o consumidor renuncia a direitos, conforme o inciso IV do artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor. Desse modo, a renúncia do participante da entidade de previdência privada tem efeito somente em relação ao montante efetivamente recebido e não impede a deflagração posterior de ação judicial, se houver sintomas de lesão a seu direito.

Em se tratando de direito patrimonial e, portanto, disponível, o magistrado não pode reconhecê-lo de ofício, razão por que se impõe o decote da sentença aos limites do pedido.

Nas lides não condenatórias os honorários de advogado devem ser fixados na forma do § 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil, mediante apreciação equitativa do juiz, guiado pelos critérios encontrados nas alíneas a, b e c do § 3º do mesmo dispositivo legal" (fls. 754/755 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 774/779 e 787/790 e-STJ).

Em suas razões, a recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 269, III, e 535, II, do Código de Processo Civil de 1973; 18 e 19 da Lei Complementar nº 109/2001; 104, 169, 182, 184, 219, 320, 840 e 842 do Código Civil e 51, I, do Código de Defesa do Consumidor.

Sustenta a tese de negativa de prestação jurisdicional ao argumento de que o Tribunal de origem não se manifestou acerca da "*contradição quanto aos efeitos ex tunc da declaração de nulidade da cláusula 6ª do termo de transação firmado entre as partes*" (fl. 796 e-STJ).

Afirma que, tendo sido livre a opção pela migração ao Plano de Benefícios REG/REPLAN, o termo de transação deve ser respeitado como um todo, não podendo o associado pretender a aplicação de regras previstas em planos de benefícios distintos.

Defende não ser possível a declaração de nulidade da renúncia contida no instrumento particular de novação, pois foi feitas em um contexto de concessões mútuas, em que os recorridos optaram por aderir a condições contratuais mais favoráveis, com pagamento da indenização correspondente.

Argumenta que o Tribunal local, ao permitir que os recorridos mesquem regras de planos de benefícios diversos, desconsiderou as regras que buscam o equilíbrio atuarial do plano de previdência complementar.

Contrarrazões apresentadas às fls. 885/897 (e-STJ).

Inadmitido o recurso especial na origem (fls. 909/913 e-STJ), ascenderam os autos ao Superior Tribunal de Justiça com o agravo (fls. 919/931 e-STJ).

Por entender que a matéria merece melhor exame, determinou-se a reautuação

do agravo (AREsp nº 627.319/SC) como recurso especial (fls. 1.008/1.009 e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O inconformismo merece prosperar.

Inicialmente, verifica-se que não há violação do artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973, pois o tribunal local indicou adequadamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo e solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

Registra-se, por oportuno, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas apenas sobre aqueles considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA AO PAGAMENTO DE RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA. PRETENSÃO DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DELINEADO PELA CORTE LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC. JULGADO QUE TRAZ FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(...)

2. *'Quando o Tribunal de origem, ainda que sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não se configura ofensa ao artigo 535 do CPC. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte'* (AgRg no Ag 1.265.516/RS, 4ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe de 30/06/2010).

3. *Agravo regimental desprovido*" (AgRg no AREsp nº 205.312/DF, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, DJe 11/2/2014).

Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da recorrente.

Contudo, assiste razão à recorrente quanto ao mérito.

A Corte de origem manteve a sentença na parte em que se reconheceu a

nulidade das cláusulas 6ª, 7ª e 9ª do "Termo de Adesão às regras de Saldamento do REG/REPLAN e Novação de Direitos Previdenciários" pelos seguintes fundamentos:

"A apelante insiste na legitimidade da quitação dada pelos autores ao plano original, ao aderirem ao termo de novação. Entretanto, não tem razão, pois, apesar de o termo de novação, de fls. 47-50, dar plena quitação às obrigações da FUNCEF perante os segurados, porquanto tenham eles renunciado a todo e qualquer direito dimanado do plano anterior, recebendo, em contrapartida, indenização pecuniária para desistirem ou deixarem de aforar ação judicial atinente ao plano anterior, tem-se que a disposição, tal como posta, é nula de pleno direito e assim deve ser declarada, pois o artigo 51 da Lei n. 8.078/1990 considera nulas as cláusulas contratuais que

IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;

§ 1º - Presume-se exagerada, entre outros casos, à vontade que:

II - restringe direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual.

Evidenciada está, na espécie, a abusividade das cláusulas contidas no instrumento particular de novação, retirando dos segurados todo e qualquer direito sobre o plano inicial. Destarte, em face da natureza cogente das disposições da legislação consumerista, dúvida nenhuma subsiste quanto ao fato de que a renúncia e a quitação dada pelos autores são ineficazes quanto ao fim visado pela FUNCEF, pois o que esta pretende é impor aos segurados a renúncia a eventuais direitos acerca do primeiro contrato, em total afronta aos princípios da boa-fé e da equidade, colocando-os em desvantagem exagerada.

É dispensável, aliás, estender-me porque pedidos idênticos a este têm sido apreciados pelos tribunais de todo o País, e há jurisprudência firme acerca do tema:

(...)

Ademais, a alegação da FUNCEF de que não ocorreu nenhum vício de consentimento não é capaz de afastar a procedência do pedido, pois ainda que os segurados tenham concordado com o termo de adesão, as cláusulas contratuais, por si só, eram nulas de pleno direito, de modo que não seriam capazes de gerar efeitos entre as partes.

Quanto à alegação de afronta à Súmula 51 do TST, também não lhe cabe razão, pois o que se analisa, nestes autos, são apenas as cláusulas prevendo a quitação total do contrato anterior, e não as regras relativas aos planos de previdência. Assim, ante a clareza da possibilidade de lesão grave aos direitos do associado, porque evidente sua desvantagem na relação jurídica em discussão, arreda-se a vigência das cláusulas de renúncia e de quitação dos associados, em atenção ao

comando do artigo 51, IV, do CDC" (fls. 758/760 e-STJ - grifou-se).

Tal conclusão destoa do entendimento já consolidado no Superior Tribunal de Justiça, firmado no julgamento do Recurso Especial nº 1.551.488/MS, sob o rito dos recursos repetitivos, no sentido de que, *"em havendo transação para migração de plano de benefícios, em observância à regra da indivisibilidade da pactuação e proteção ao equilíbrio contratual, a anulação de cláusula que preveja concessão de vantagem contamina todo o negócio jurídico, conduzindo ao retorno ao status quo ante"*.

A propósito:

"RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E CONTRATO DE TRANSAÇÃO. MIGRAÇÃO E RESGATE. INSTITUTOS JURÍDICOS DIVERSOS, QUE NÃO SE CONFUNDEM. A SÚMULA 289/STJ LIMITA-SE A DISCIPLINAR O INSTITUTO JURÍDICO DO RESGATE, MEDIANTE O QUAL HÁ DESLIGAMENTO DO PARTICIPANTE DO REGIME JURÍDICO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, ANTES MESMO DE AUFERIR OS BENEFÍCIOS PACTUADOS. TRANSAÇÃO PARA MIGRAÇÃO DE PLANO DE BENEFÍCIOS. CORREÇÃO MONETÁRIA DA RESERVA DE POUPANÇA E/OU DO BENEFÍCIO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. INAPLICABILIDADE. NOS PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS PELAS ENTIDADES FECHADAS, HÁ SOLIDARIEDADE NA DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS POSITIVOS OU NEGATIVOS. CONTRATO DE TRANSAÇÃO. NEGÓCIO JURÍDICO ONEROSO, UNITÁRIO E INDIVISÍVEL, TENDO POR ELEMENTO ESSENCIAL A RECIPROCIDADE DE CONCESSÕES.

1. As teses a serem firmadas, para efeito do art. 1.036 do CPC/2015 (art. 543-C do CPC/1973), são as seguintes:

1.1. Em caso de migração de plano de benefícios de previdência complementar, não é cabível o pleito de revisão da reserva de poupança ou de benefício, com aplicação do índice de correção monetária.

1.2. Em havendo transação para migração de plano de benefícios, em observância à regra da indivisibilidade da pactuação e proteção ao equilíbrio contratual, a anulação de cláusula que preveja concessão de vantagem contamina todo o negócio jurídico, conduzindo ao retorno ao status quo ante.

2. No caso concreto, recurso especial provido" (REsp nº 1.551.488/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Segunda Seção, DJe 1º/8/2017).

Ademais, no tocante à migração, é cediço que ela é feita por meio de transação extrajudicial, em que há acordo de vontades e concessões de vantagens recíprocas, operando-se a transferência de reservas de um plano de benefícios para outro no interior de uma mesma entidade fechada de previdência complementar.

Superior Tribunal de Justiça

Por fim, destacam-se as recentes decisões monocráticas no mesmo sentido: AREsp 1.530.994/RS, julgado pelo Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe27/08/2019; AgRg no Agravo de Instrumento 1.234.780/RS, julgado pela Ministra Maria Isabel Gallotti, DJe 30/04/2019; AgRg no Agravo de Instrumento 1.221.850/RS: julgado pela Ministra Maria Isabel Gallotti, DJe 30/04/2019; e AREsp 456.645/RS julgado pela Ministra Maria Isabel Gallotti, DJe 20/03/2017.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para julgar improcedente o pedido formulado na inicial.

Invertida a sucumbência, deverá a parte ora recorrida arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes fixados no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), nos termos do art. 20, § 4º, do CPC/1973, observada a eventual concessão do benefício da justiça gratuita.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator